



ACÓRDÃO Nº 1067/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1434/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Sr. Antonio Aluizio Barbosa Ferreira, Diretor-Presidente à época.
- 4- **Advogado:** Não consta.
- 5- **Órgão:** Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas.
- 6- **Exercício:** 2014.
- 7- **Unidade Técnica:** DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 163EX/2017- Procurador de Contas Ademir Carvalho Pinheiro.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas. Exercício 2014.

Contas regulares com ressalvas. Multa. Determinação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do **voto** do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **consonância** com o Parecer do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **JULGAR REGULAR COM RESSALVAS** a Prestação de Contas Anual Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA, de responsabilidade do Sr. Antônio Aluizio Barbosa Ferreira, Diretor-Presidente, referente ao exercício de 2014;
- 10.2. **APLICAR MULTA** ao Sr. Antônio Aluizio Barbosa Ferreira, Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas, exercício de 2014, **no valor de R\$ 4.200 (quatro mil e duzentos reais)**



ACÓRDÃO Nº 1067/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

em virtude das falhas não sanadas, nos termos do art. 53, parágrafo único da Lei nº 2.423/1996;

10.3. FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias pra o recolhimento das multas aos cofres da Fazenda Pública (art. 72, III, alínea “a” da Lei 2.423/96) com as devidas atualizações monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DICREX a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

10.4. Determinar à origem que:

- a) Adote às medidas necessárias para implementar em sua estrutura organizacional o Sistema de Controle Interno, na forma definida em lei;
- b) Adote as medidas cabíveis para o efetivo cumprimento do art. 37, II da Constituição de 88;
- c) Efetue, sob pena de responsabilizações legais, as análises e registros contábeis tempestivos, de forma detalhada, dos valores percentuais e resultados auferidos dos investimentos avaliados com base na equivalência patrimonial, relacionada às companhias investidas;
- d) Atente com especial atenção aos ditames da Lei nº 8.666/93 e demais resoluções referentes às obras e/ou serviços de engenharia;

10.5. Recomendar à CIAMA que:

- a) Instrua as próximas prestações de contas com o relatório e certificado de auditoria, com parecer de dirigentes do órgão de controle interno, nos termos da lei;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 1067/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- b) Faça o levantamento dos valores registrados no grupo Ativo Não Circulante, a título de Recursos de Convênios e de Recursos de Contrato para que seja realizada a devida baixa à medida que são concluídos e/ou liquidados:

10.6. Determinar à Comissão de Inspeção que verifique a efetiva regularização das determinações/recomendações acima;

10.7. Dar ciência desta decisão ao responsável.

11- Ata: 40ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de novembro de 2017.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR
Conselheiro-Presidente

JOSUE CLAUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral